



14-01-2026

A Nova Ordem Mundial

A ordem internacional que regeu o mundo nos últimos 30 anos, desde o desmoronamento do Muro de Berlim até à ascensão do movimento MAGA (*Make America Great Again*), parece ter terminado. Com o regresso de Donald Trump à Casa Branca em 2025, o sistema internacional baseado nas regras do direito internacional e na diplomacia multilateral deu lugar a um novo conceito “realista” em que o “direito da força” substitui a tradicional “força do direito”.

O Fim da Era Multilateral

O governo Biden (2021-2025) representou possivelmente a derradeira tentativa de restaurar o multilateralismo e a ordem liberal internacional. Durante esse interregno, Washington procurou fortalecer as democracias face ao avanço das autocracias e revitalizar as alianças tradicionais, focando-se no reforço da diplomacia, na resolução dos conflitos pelo diálogo e na atuação em coligação. A NATO foi reforçada e considerada “mais forte do que nunca”, especialmente após a adesão da Finlândia e da Suécia, na sequência da invasão russa da Ucrânia em 2022.

O sistema internacional baseado no multilateralismo buscava soluções coletivas para problemas que transcendem fronteiras por meio de acordos globais. O foco residia na cooperação internacional que Biden tentou recuperar com esforços que foram desde a revitalização do Acordo de Paris para o Clima ao apoio à Organização Mundial da Saúde (OMS), na tentativa de reverter a anterior retirada dos EUA durante a pandemia.

Embora já existissem tensões crescentes entre os EUA e a China, a ordem económica liberal continuava a operar sob a lógica das instituições globais. A Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) procuravam manter as regras do comércio global, apesar de um movimento gradual de redução de dependência em relação à China. A cooperação alargada trazia estabilidade ao operar num mundo em que a economia global era vista como um sistema integrado e interdependente.

Os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, que se encontravam no centro da geopolítica mundial, definiam o sistema internacional caracterizado pelo apoio militar e financeiro massivo do Ocidente à Ucrânia contra a invasão russa, baseado no sacro princípio da integridade territorial do estado soberano. No Médio Oriente, a tentativa era de equilibrar o apoio a Israel com a mediação para evitar uma escalada regional e a aniquilação palestina, mantendo diálogos diplomáticos ativos.

Contudo, a abordagem transacional de Trump rapidamente desmantelou toda esta estrutura e iniciou uma nova ordem mundial. O que antes era um sistema integrado, mediado por instituições globais como o FMI, a OMC ou a ONU, foi substituído por tarifas agressivas, protecionismo unilateral e pelo uso da força numa visão do mundo fragmentado em esferas de influência controladas pelas potências americana, russa e chinesa.

A condução de uma série de ações agressivas levadas a cabo recentemente, em particular as intervenções armadas desenvolvidas pela Rússia e EUA contra estados soberanos independentes, o abuso na utilização de ações de pirataria perpetradas em águas internacionais, a confiscação de bens e de recursos energéticos de estados soberanos e as recorrentes ameaças de conquista e anexação territoriais contribuíram para colocar um ponto final no sistema internacional multilateral vigente.

Contudo, esta profunda alteração do sistema internacional resultou não apenas dessas agressões, mas sobretudo das transformações internas ocorridas nos EUA. Com Trump, as políticas económica e de relações externas americanas passaram a ser conduzidas com profundo desrespeito pelo direito internacional, pelos vizinhos e aliados e pela ordem instituída com a Carta das Nações Unidas.

Analogias Históricas: O Espelho Nazi de 1933

A transformação interna nos EUA é, assim, o ponto mais alarmante desta nova ordem mundial. A base democrática da Constituição Americana parece ter cedido a um poder assente no ultranacionalismo e a uma retórica que ecoa o pensamento político da Alemanha Nazi dos anos 30.

Ao pregar a exclusão do “não nacional”, o movimento MAGA flerta perigosamente com os pilares do totalitarismo, inspirado num espectro político de cariz neonazista centrado na ideia da supremacia racial americana que, à semelhança do estado totalitário da Alemanha de Hitler, inclui:

- Xenofobia e racismo, expressos no ódio direcionado a imigrantes, refugiados e minorias étnicas.
- Aversão à diversidade, com rejeição violenta de identidades de género e direitos LGBT.
- Anticomunismo conspiratório, pela demonização de ideologias de esquerda por meio de teorias da conspiração.

Se Hitler elegeu os judeus, ciganos e dissidentes como alvos, o atual discurso extremista americano expande o seu raio de ação a hispânicos, muçulmanos e ativistas sociais. A essência é a mesma. Até instituições governamentais americanas parecem mimetizar o passado: o agora infame *Immigration and Customs Enforcement* (ICE) tem sido acusado de abusos de autoridade deixados impunes que lembram métodos das polícias políticas do passado, exemplificados pelos recentes incidentes de violência gratuita perpetrada contra civis.

Para que a analogia com o Estado Nazi ficasse completa, restaria apenas a publicação de um manifesto MAGA de Trump, um "Mein Kampf" da era atual, em que aquela "profissão de fé" fosse formalizada.

Como acreditam especialistas, o atual ressurgimento neonazi tem por base crises económicas, a polarização política e o sentimento de perda de identidade num mundo globalizado, que leva o indivíduo a buscar respostas em ideologias autoritárias que oferecem um sentido de pertença e um culpado externo para os seus problemas, definição que parece assentar em pleno no caso americano.

A Geopolítica da Força

A nova doutrina de Trump foi consolidada pela Estratégia Nacional de Segurança norte-americana de 2025, que ressuscitou uma versão distorcida da Doutrina Monroe de 1823 relativa à influência externa no hemisfério ocidental, na qual incluiu agora a luta contra a expansão da influência ideológica comunista na América do Sul, vista como “o quintal” dos EUA.

Sob o pretexto de combater o narcotráfico e o comunismo, a invasão da Venezuela marca o regresso do expansionismo territorial americano à luz dessa nova doutrina. Porém, críticos apontam antes para motivações “realistas” mais pragmáticas e sombrias: nomeadamente, para o controlo das reservas de petróleo e terras raras da Venezuela e a distração da opinião pública face a escândalos internos (como o caso Epstein) e a sucessivas crises económicas domésticas.

As ameaças norte-americanas vão, porém, muito mais longe, alargando-se a futuras possíveis intervenções militares na Colômbia, México e Cuba. E estas ambições expansionistas não se detêm apenas na América Latina. A mais recente ameaça é dirigida ao Irão, que avisou já que retaliará em caso de intervenção americana. Na Europa aumenta também a tensão relativa à ambição americana para o controlo da Gronelândia, que é território dinamarquês, um aliado da NATO. Segundo afirmações de Trump, esse controlo será consumado “a bem ou a mal”, “por motivos de segurança nacional”. Uma ameaça que não poderá ser esquecida.

São declarações muito graves que pronunciam implicitamente o fim imediato da NATO. Este fim tinha sido já pré-anunciado por Trump com a sua interpretação condicional do artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte, quando deixou no ar a sombra de uma possível escusa americana no cumprimento desta cláusula-garantia, de que o ataque a um é considerado um ataque a todos. A invasão da Gronelândia ou a recusa norte-americana de auxílio no contexto da NATO terão implicações devastadoras e permanentes. Terminariam a NATO e o mundo sob a forma como o conhecemos. Todavia, é uma possibilidade que os europeus devem encarar com urgência.

Donald Trump ainda não proferiu uma palavra em relação à China ou à Rússia, assumindo uma postura que parece confirmar a intenção de não ingerência nas respectivas esferas de influência, consolidando a visão de um mundo fragmentado sob o domínio das principais potências.

O Silêncio da Diplomacia

Entre estupefação e temor, o mundo assiste assim a uma administração americana que internamente ignora os órgãos de justiça, persegue opositores, opprime a população e silencia a comunicação social por meio do medo e de represálias judiciais. Externamente, a administração Trump renuncia à sua posição de parceiro para adotar uma conduta de predador que é mais feroz para os aliados do que para os adversários, revelando um desprezo absoluto pelas regras do direito internacional e pelos limites das fronteiras soberanas, incluindo as dos vizinhos e de aliados tradicionais.

Com o previsto aumento substancial do orçamento de defesa americano anunciado por Trump, a atingir os 1,5 triliões de dólares americanos em 2027, superando em mais de 50% os da China e os de toda a Europa somados, o “direito da força” terá agora os meios para redesenhar o mapa do mundo à sua imagem.

O silêncio da diplomacia e os alertas do ressurgimento de ideologias autoritárias são sintomas de um mundo globalizado em crise de identidade. Se o mundo não despertar para o perigo desta deriva totalitária, as analogias feitas com o início da Segunda Guerra Mundial poderão deixar de ser um exercício meramente histórico para se tornar o prefácio de um novo conflito global.